



Tradicional feira livre de Arapiraca: análise do perfil socioeconômico e a atuação do poder público governamental

Traditional fair free of Arapiraca: analysis of socioeconomic profile and the performance of the government

Diego Monteiro dos Santos¹

⁽¹⁾Possuo ampla capacidade de adaptação além de versatilidade no campo intelectual; Graduado do curso de Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas; Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com enfoque em Relações Internacionais e Poderes Locais; Colaborador no Grupo de Pesquisa NÚCLEO DE ESTUDOS CONJUNTURAIS EM ADMINISTRAÇÃO - NECA; Pós Graduando em Gestão da Qualidade na Administração Pública pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDIC) na Linha de Pesquisa 2- Território, Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: diego.santos@arapiraca.ufal.br.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 05 de outubro de 2019; Aceito em: 05 de janeiro de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A presente pesquisa discute, sob a perspectiva da economia popular e políticas públicas, a percepção dos atores presentes na atividade feira livre, feirantes, consumidores e comerciantes do entorno. O objeto encontra-se no município de Arapiraca, situado no agreste alagoano, onde sua principal atividade é o comércio, reconhecimento adquirido por meio da histórica e tradicional feira livre de Arapiraca, realizada as segundas-feiras. É na feira livre que muitos encontram uma forma de obter emprego e renda para o sustento familiar e o Estado precisa promover condições para o desenvolvimento dessa atividade e consequentemente do cidadão que dela depende. Os objetivos centrais deste artigo foram: analisar os aspectos econômicos e sociais da feira livre bem como sua influência no comércio ao redor e identificar a presença/ausência do poder público na feira livre. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica além da aplicação de questionários com feirantes, consumidores e comerciantes não identificados. No desenvolvimento constatamos que 59% dos feirantes possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 28% residem em cidades circunvizinhas, 55% depende exclusivamente da feira como fonte de renda e 77% faturam até R\$ 300,00 por feira. Dada a capacidade geradora de renda, a feira desempenha um papel sócio financeiro capaz de tirar famílias da extrema pobreza e que, por sua vez, o poder público não cumpre seu papel de promover o desenvolvimento dessa atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular, Feira-Livre, Políticas Públicas.

ABSTRACT: The present research discusses, from the perspective of the popular economy and public policies, the perception of the actors present in the free fair activity, marketers, consumers and merchants of the surroundings. The object is in the municipality of Arapiraca, located in the wild of Alagoas, where its main activity is trade, recognition acquired through the historic and traditional free fair Arapiracas, held on Mondays. It is in the free market that many find a way to get employment and income for family support and the state needs to promote conditions for the development of this activity and consequently the citizen who depends on it. The main objectives of this article were: to analyze the economic and social aspects of the free fair as well as its influence on the surrounding trade and to identify the presence / absence of the public power in the free fair. The methodology used was the bibliographic research besides the application of questionnaires with marketers, consumers and merchants unidentified. In the development we found that 59% of the fair marketers have only incomplete elementary school, 28% live in surrounding cities, 55% depend exclusively on the fair as a source of income and 77% earn up to r \$ 300.00 per fair. Given its income-generating capacity, the fair plays a socio-financial role that can lift families out of extreme poverty and that the government does not fulfill its role in promoting the development of this activity.

KEYWORDS: Popular Economy, Free Fair Activity, Public Policies.

INTRODUÇÃO

O município de Arapiraca, situado no agreste alagoano, é caracterizado por um setor terciário dinâmico, responsável por também abastecer dezenas de municípios circunvizinhos, devido sua localização beneficiar esse tipo de atividade. Ressalta-se que não é uma característica recente, visto que a cidade já registrava um comércio importante e popular para a região no séc. XX, tendo contribuído para a emancipação da cidade em 1929.

As feiras e o comércio de fumo contribuíram para que Arapiraca adquirisse o título de segunda maior cidade do Estado e, ficando atrás da capital, Maceió, em importância econômica. Possui uma população estimada para o ano de 2014 em 229.329 habitantes além de contribuir com um PIB de R\$ 2.416.887,82. Uma cidade movida majoritariamente pelo Comércio e Serviços capaz de empregar 80,98% do total de pessoas com vínculo empregatício em ocupações formais, contra 14,29% na Indústria e 2,59% na Agropecuária (ALAGOAS, 2015).

Ao tratar sobre feiras livres, com sua contribuição para a economia do município, e as políticas públicas adotadas por parte do poder público que visam substanciar a prática da atividade feira-livre, além de retratar a importância que as transferências redistributivas federais tem para o comércio popular de Arapiraca, deixa claro para os públicos atingidos a existência e o funcionamento de uma economia de bairros periféricos pulsantes (CARVALHO, 2012).

Com isso, a pesquisa apresentou a seguinte problemática: pela ótica da dinâmica econômica popular, qual o papel do Estado na gestão das feiras livres? Possui um estudo de caráter exploratório sobre comércio popular e feira livre. A primeira fase foi de aprofundamento bibliográfico, a fim de conhecer os objetos de estudo da pesquisa, como os circuitos da economia urbana, economia formal e informal, feira livre, empreendedorismo e as ações do poder público para essa parcela da população diretamente ligada ao comércio popular. A etapa seguinte consistiu na pesquisa de campo, que foi realizada na tradicional feira livre de Arapiraca, realizadas às segundas feiras, durante os dias 12 e 19 de dezembro de 2016. O questionário aplicado seguiu o método de amostragem aleatória simples. Como modelo de questões contou com perguntas abertas e fechadas possibilitando o entrevistado liberdade de resposta. A

terceira etapa foi a de organização, tabulação e análise dos dados conseguidos com os questionários aplicados.

Este trabalho traz uma abordagem teórica acerca da economia popular, empreendedorismo, políticas públicas e feiras livres em seus primeiros capítulos. Após trazemos os resultados obtidos através da pesquisa de campo segundo metodologia proposta. Os dois últimos capítulos foram reservados para os materiais e métodos e considerações finais da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Após longos anos de experiências mercantis e uma economia primitiva com os povos da antiguidade, leia-se Grécia, Roma e Egito, juntamente com o surgimento da moeda, os seres humanos começaram a se relacionar para uma ampliação das trocas comerciais entre povos de origem distintas.

Na idade média (séc. V a XV), o mundo experimentou o desaparecimento do império romano dissolvendo o então singelo comércio em trocas nas propriedades distantes, conhecidas como feudo. Essas trocas eram a nível regional e em sua maioria não ultrapassavam as fronteiras das propriedades privadas. As exceções foram as feiras de Flandres, Champagne e Beaucaire.

Com o advento da Revolução Industrial (séc. VIII a XIX), quais sejam, surgimento da máquina a vapor, expansão da indústria, carvão como fonte energética e mão de obra assalariada, as transformações geradas elevariam ao modo de produção capitalista a denominação de Capitalismo Industrial. Esse serviria para a formação de grandes capitais financeiros que financiariam a revolução tecnológica para o Capitalismo Financeiro. Neste período, as trocas entre países europeus se intensificaram pluralizando o capital com a expansão dos mercados. Dessa combinação nasceu o sistema capitalista (SOUZA, 1999).

As transformações pelas quais as sociedades estavam passando culminaram num ambiente propício para que subsidiasse no campo do conhecimento respostas e novos caminhos para aperfeiçoamento de um sistema até então desconhecido, ampliando um estudo teórico sobre a Ciência Econômica. De acordo com Lionel Robbins, ciência econômica estuda “uma série de relações interdependentes, mas conceitualmente

distintas, entre homens e bens econômicos” (NUNES, 2007). Já Paul Samuelson se utiliza da concepção de que “Economia é uma ciência social que estuda a administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos” (RIZZIERI, 1997). Nesse momento as Escolas Fisiocrata e Clássica passaram a encarar Economia como uma arte empírica e um conjunto de preceitos para o uso dos governos.

EMPREENDEDORISMO NOS SETORES POPULARES

Com o avanço incondicional da tecnologia junto aos resultados de um sistema que não consegue absorver toda mão de obra disponível, gerando níveis de desemprego elevados, gerou no Brasil, a partir da década de 90, uma avalanche de atividades ligadas ao próprio negócio, conhecida como empreendedorismo. Nos Estados Unidos a denominação ficou conhecida como *entrepreneurship* (DORNELAS, 2008).

Na tentativa de reverter a situação do desemprego, ex-funcionários passaram a ser empreendedores e receberam atenção especial do governo, este, que após tentativas sem sucesso esperado de estabilização da economia, enxergou na atividade empreendedora uma saída para geração de emprego e renda, além de novas relações de trabalho. Como cita Dornelas (2008, p.5): “O empreendedor são pessoas diferenciadas que possuem motivação singular”, empregando recursos transformando em produtos ou serviços diferenciados de empresas já consolidadas no mercado formal. A nova forma de criar o capital tem sido prioridade em muitos países. O mesmo autor considera, ainda, o empreendedorismo como forma de “fazer diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados, buscar oportunidades e inovar”, em todos os setores da sociedade e não apenas no ambiente corporativo. (DORNELAS, 2004, p.81)

Dentro do que se chama empreendedorismo como modo de organização é possível encontrar uma subdivisão pouco abordada: o empreendedorismo formal e informal. A principal distinção entre eles é o nível de instrução. Os formais têm maiores níveis de escolaridade, vida mais estável, e debruça sobre estratégias mais inovadoras para alavancar seu crescimento, estando antenados sobre o mercado interno e externo. Já o empreendedor informal tem problemas mais simples, apresenta nível escolar básico, inovam sem se importar com as grandes questões do mercado e possuem pouca ou quase nenhuma instrução sobre empreender (MELHADO; PLASTER; YOONG, 2013).

No trabalho de Melhado; Plaster; Yooung (2013), a população brasileira foi segmentada em grupos para uma nítida compreensão do empreendedorismo no país, quais sejam: não querem ser empreendedores [41%]; querem ser empreendedores [22%]; empreendedor formal [2,9%]; empreendedor informal [18,8%] e não se encaixam no perfil empreendedor [15,7%].

Economia informal

Diferente do mercado formal, com rigor das leis trabalhistas, o informal tem como padrão e funcionário o próprio trabalhador, falta de uma remuneração regular, sem carteira assinada e muitos não contribuem para a previdência social, ficando de fora dos benefícios sociais, como aposentadoria (CARNEIRO et al., 2016).

Na visão de Gadotti (2001), economia informal é aquela que se localiza no nível de sobrevivência, das necessidades imediatas, momento passageiro para o trabalhador que não conseguiu ainda se inserir no mercado de trabalho formal. A economia informal poderá se tornar ou não numa economia popular no futuro.

Embora seja alvo de intensas fiscalizações, sejam elas por não cumprir com as leis trabalhistas ou por burlar impostos e tributos, o setor informal propicia uma geração de renda capaz de prover condições básicas para as famílias que nele protagonizam as trocas comerciais.

ECONOMIA POPULAR

No Brasil, um assunto vem ganhando destaque quanto a sua importância e sua abrangência, sobretudo, nas camadas mais pobres da população, proporcionando a elas ferramentas de inserção sócio financeiras é: a Economia Popular.

As organizações de economia popular têm na sua base ações em valores comunitários, como cogestão, cooperação e a coparticipação perante o individualismo e o consumo de bens supérfluos impulsionado pelo capitalismo. Trata-se de organizações que respondem a causas estruturais e a necessidades objetivas – principalmente excluídos do sistema financeiro – e que buscam uma melhoria da qualidade de vida. Tem grande participação, sobretudo, na América Latina, devidos as profundas transformações do mercado e das estruturas socioeconômicas (GADOTTI; GUTÍERREZ, 2001).

Razeto (2001) traduz economia popular como um modo de vida, um modo de produção. Esse modo de produção gera valores solidários, participativos, autogestão, vida coletiva, cultural e educativa. Tem uma visão diferente daquela imposta pelo capitalismo mesmo estando inserida nele. Seu surgimento partiu da evolução do capitalismo, resultando em dois movimentos distintos: A moderna escala de produção com grandes transformações tecnológicas nos mercados internacionais tem fatigado a capacidade de absorver toda mão de obra disponível; e o Estado que com as sucessivas crises fiscais e financeiras tem largado a possibilidade de canalizar de forma eficiente os recursos para as políticas sociais. Esses dois fenômenos acabam potencializando a pobreza no setor marginalizado que continua crescendo quantitativamente. Milton Santos aborda com maestria esse assunto quando elaborou os dois circuitos da economia urbana.

OS CIRCUITOS ECONÔMICOS: COMPREENDENDO A ECONOMIA POPULAR SOB A PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS

Santos (2008) analisa a economia urbana dos países subdesenvolvidos através de dois circuitos, que interligados, retratam as consequências da modernização tecnológica das cidades. No circuito superior encontramos os bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna e atacadista. Já no circuito inferior é composto por serviços não modernos, comércio de pequena dimensão, atividades de varejo e uso de capital não intensivo (SANTOS, 2008, p.40).

Enxergar ambos os circuitos não são difíceis em Arapiraca, cidade que vem mudando sua atividade econômica da agricultura para o comércio, e compreendê-la como uma máquina viva insere o município no rol das características que permeiam toda América Latina. A cidade possui bancos, comércio atacadista, indústria de exportação e importação, há um comércio moderno com a presença de Shopping Center e hipermercados, lojas de moda e artigos de luxo, elementos típicos de um circuito superior.

Em contrapartida ao circuito superior, o inferior, nota-se a existência de feiras livres nas diversas ruas do município, de um comércio não moderno com vendedores de produtos pirateados nas calçadas centrais da cidade, grande número de empresas

familiares e autônomos, pouca tecnologia e equipamentos pouco sofisticados devido à falta de capital, versatilidade em transformar material usado em algo reaproveitado como um jornal que servirá para embrulhar o peixe e um número elevado da pequena indústria que apenas abastece o comércio local como a fábrica de iogurte ou doces; a própria economia popular.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Visto anteriormente que os atores que compõe a denominada economia popular são aqueles em condição de desigualdade, causada pelo capitalismo moderno e que margeiam as atividades formais de mercado, cria-se também uma parcela refém das ações sociais do Estado e dele demanda mais serviços públicos, a exemplo da saúde, educação e moradia. É nesse prisma que o Estado faz o uso de sua ferramenta de maior atuação direta na sociedade, as Políticas Públicas.

Para compreender o significado de políticas públicas é necessário entender quem está como plano de fundo, ou seja, o seu principal executor, o Estado. Na produção de Pereira (1995) “Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte”. Dessa forma, é possível observar a relação entre Estado e sociedade em sua empiria. Na prática além da definição acima citada, o “Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto e não especificamente a serviço dos interesses do capital” (HOFLING, 2001). A principal forma de regulação se dá através das políticas públicas.

No campo de atuação, as políticas públicas abrangem as relações do Estado com a política, a economia e nas relações da sociedade, além de ser objeto de estudo de várias disciplinas – economia, ciências sociais, geografia, história, sociologia e gestão.

POLÍTICAS PÚBLICAS E FEIRAS LIVRES: UM DEBATE ATUALIZADO

Com o entendimento de que políticas públicas são instrumentos voltados para sanar as diferenças sociais, aproximamos do objeto de estudo deste trabalho, a feira livre.

Essa atividade tão antiga quanto à história das primeiras transações financeiras vem sentindo o peso das inovações tecnológicas e do número crescente de mercados estruturados, a exemplo dos hipermercados, provocando, num plano macro, a desestruturação e o abandono de muitos feirantes ao longo dos anos, mesmo tendo, em muitos casos, a feira livre como única fonte de renda familiar.

No Brasil – dada sua extensão territorial e conseqüentemente a pluralização de peculiaridades ligadas as feiras livres, onde cada feira possui sua própria característica que geralmente está ligada a cultura local – a ação do Estado se torna complexa, tendo que atuar de forma mais genérica para que as políticas públicas sejam efetivas. No âmbito federal, de acordo com o Catálogo de Programas Federais para os Municípios, alguns programas são destinados ao feirante como forma de incentivo a sua atividade.

- *O DRS – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável: tem como objetivo apoiar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, como sistemas agroflorestais, turismo, artesanato, aquicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, apicultura, horticultura, pecuária de corte e leiteira, floricultura, mandiocultura, atividades extrativistas, avicultura, confecções, feiras urbanas, transporte de pessoas, economia da praia, profissionais de beleza e reciclagem de resíduos sólidos, entre outras.*

- *Programa Feira do Peixe: o projeto consiste na distribuição de kits-feira, disponibilizados em dois padrões – para o peixe fresco ou para o peixe vivo – dando ao aquicultor ou pescador a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente em feiras livres de sua cidade, garantindo preços mais justos ao produtor, que terá um acréscimo em sua renda, e ao consumidor, que terá acesso a um produto mais barato;*

- *Programa Artesanato Brasileiro – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal: o programa tem por objetivo fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração do trabalho e renda e promover sua comercialização. Procura identificar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, mediante a participação em feiras e eventos.*

Já as ações públicas destinadas aos feirantes sob a égide do Estado de Alagoas perpassam pela Desenvolve – Agência de Fomento de Alagoas, que ligada ao Governo do Estado desenvolve projetos que tenham a “função de formalizar e organizar os pequenos e médios empreendedores, objetivando a geração de emprego e renda e

promovendo a sustentabilidade no tempo dos negócios gerados” (DESENVOLVE-AL, 2017).

Em Arapiraca, segunda cidade mais importante economicamente do Estado de Alagoas, a Agência de Fomento propiciou aos feirantes da agricultura familiar a troca das “bancas de madeiras” destinadas a comercialização por estruturas metálicas, melhorando, além das condições higiênicas, também a padronização, engrandecendo o visual da feira livre.

FEIRA LIVRE E SUA DINÂMICA

A palavra feira deriva do latim feria, que significa dia de festa, sendo utilizada para designar o local escolhido para efetivação de transações de mercado em dias fixos e horários determinados (SALLES, et al. 2011). Para Giannecchini, et al. (2007) a palavra “feira” originalmente refere-se à isenção de impostos. A feira é livre, porque está livre de impostos, o que garante o barateamento dos produtos indispensáveis à alimentação.

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes (GODOY E ANJOS, 2007). Em sua estrutura as feiras são caracterizadas pela predominância das instalações provisórias, sem loja física, onde cada feirante monta sua banca ao lado de outros, o que o obriga a conceber estratégias que o distingam dos demais. A feira livre é um canal que relaciona diretamente vendedor e consumidor final, permitindo que haja interferência na barganha de preço e escolha do produto que fica exposto ao manuseio ou prova e além da oferta de produtos a preços mais acessíveis (COLLA et al., 2007; PINHEIRO; SÁ, 2007).

Já Machado e Silva (2005) diz que as feiras-livres continuam sendo um dos principais canais para distribuição de alimentos, principalmente hortifrutigranjeiros, pois, para os consumidores, os alimentos comprados na feira são menos prejudiciais à saúde por utilizarem menos agrotóxicos, além de serem mais frescos. Mas as feiras

precisam passar por mudanças e atender exigências sanitárias e a busca por produtos socialmente e ambientalmente corretos.

A FEIRA LIVRE EM ARAPIRACA

Arapiraca é um município brasileiro pertencente ao Estado de Alagoas, Região Nordeste do país, e faz parte da mesorregião do agreste alagoano. Neste município, a feira está intimamente ligada a origem do local, desse modo ela é considerada um patrimônio histórico e cultural do território, pois ela retrata uma cultura legitimamente nordestina e também responsável, juntamente com a cultura “Fumageira”, por ter desencadeado um progresso que acarretou a emancipação da cidade em 1924.

De acordo com Agencia Sebrae de Notícias (2012), da Unidade de Atendimento Coletivo Comércio e Serviços do Sebrae em Alagoas, Arapiraca se tornou referência no estado porque foi a primeira cidade a regulamentar a Lei de Funcionamento das Feiras Livres, em parceria com a instituição de apoio às micro e pequenas empresas e a prefeitura, e conquistou um diferencial por meio do investimento em capacitações, consultorias e inovação.

É notável a importância da feira livre para qualquer região, pois ela é fonte de sustento de inúmeras famílias que acabam beneficiando os fornecedores e assim constitui uma cadeia de geração de renda. Não muito distante deste contexto, a agricultura familiar vem se fortalecendo através de políticas públicas para também se fortalecer quanto atividade geradora de emprego e renda. As feiras têm desempenhado um papel importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor (GODOY E ANJOS, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Arapiraca conta com uma população estimada para 2016 de 232.671 habitantes, uma densidade territorial de 600,83 habitantes por km², possui uma taxa de urbanização

de 84,8%, ocupando a posição de 2º lugar em urbanização e população no Estado. Sendo o comércio característico da cidade, foi na tradicional feira livre que desenhamos a pesquisa de campo. Buscou-se com a aplicação dos questionários traçar um perfil daqueles que contribuem para a atividade feira-livre, bem como o reflexo causado pela mesma no comércio ao entorno.

Ao todo são 11 feiras espalhadas por diversos bairros na cidade, sendo as principais localizadas no Centro da Cidade, as segundas feiras, e a conhecida Feira da Fumageira, localizada no bairro Primavera. Foram feitas as coletas no período da manhã, as segundas feiras, pelo fato de ser a principal e tradicional feira livre no município de Arapiraca. A feira é dividida com base nos tipos de produtos comercializados, sendo hortifrutigranjeiros, vestuário, móveis, aves, ferragens e peixes e carnes.

No tocante ao tratamento dos dados coletados nas entrevistas, foram constatados que na principal feira da cidade, 59% dos feirantes possuíam apenas o fundamental incompleto. Esse dado revela que o grau de ensino é importante para a inserção no mercado de trabalho formal e que índices baixos alimentam a economia popular local. Em se tratando do local onde o trabalhador reside, 72% tem residência fixa em Arapiraca contra 28% que habita em cidades circunvizinhas, refletindo a importância que a atividade feira livre tem não apenas para residentes locais.

Na busca de informações sobre a existência de alguma renda fora a atividade feira-livre, principalmente as de caráter social oferecidas pelo Governo, a maioria é dependente exclusivamente da feira. Conhecer esses números revela a origem do capital que circula no comércio. Quando questionado se o trabalhador possuía barraca em outras feiras, como forma de expandir sua renda, obtivemos como resposta uma percentagem de 64% como sendo dependentes exclusivamente da tradicional feira de segunda-feira, 23% possuía além das segundas, outra aos domingos na conhecida feira da “Fumageira” – segunda maior feira municipal.

O valor médio conseguido por feira para cada unidade de comércio, ou seja, por barraca ficou entre R\$100,00 e R\$300,00 para 77% dos feirantes. Esse valor não retrata a renda pessoal ou familiar, pois cada barraca possui um número variável de trabalhadores. Encontramos pontos de comercialização com apenas 1 vendedor e outras com até 6 trabalhadores, alguns eram membros da mesma família. O valor, mesmo considerado baixo, é responsável pelo sustento das necessidades básicas da família até a

próxima feira, na esperança deste ser mais lucrativo. Como muitos dependem exclusivamente da feira e ao mesmo tempo não possuem outra fonte de renda, o panorama do trabalhador feirante que se convertida em renda familiar pode colocá-lo na linha da pobreza. Atingir esse grau equivale dizer que o cidadão recebe US\$ 1,90 (cerca de R\$ 5,90 na cotação de 17 de fev.2017) ao dia, mesmo com todos os esforços do governo na tentativa de reduzir esse índice, ele ainda é sentido pelas famílias. (IBGE, 2017)

O questionário de opinião aplicado aos consumidores objetivou identificar o perfil dos frequentadores da feira livre em Arapiraca, este responsável por fazer a moeda circular. Em sua maioria, 64% dos consumidores possuem apenas o ensino fundamental completo. Essa informação é condizente com a renda média, onde 46% dispõe de até 1 salário mínimo por mês, 47% estão na faixa entre 1 e 2 salários por mês. Destes, 57% recebem auxílio governamental, a exemplo do Bolsa Família.

No quesito área de abrangência da feira livre municipal, 59% residem em Arapiraca, enquanto 41% são de cidades circunvizinhas, a exemplo de Craíbas, Coité do Nóia, Feira-Grande, Girau do Ponciano e Lagoa da Canoa. Quanto à disponibilidade para gastar com produtos oferecidos na feira, grande parte deles gastam até R\$ 50,00, não sendo considerado um valor baixo, uma vez que a maioria dos itens são de baixo preço, a exemplo de frutas e verduras.

Nas perguntas abertas relativas às sugestões que os consumidores poderiam dar para a melhoria dessa prática tão antiga que são as feiras, foram sugeridas melhoria na organização e infraestrutura, limpeza e higiene. Sugestões semelhantes sentidas pelos próprios feirantes.

As feiras funcionam como atrativo para pessoas dispostas a deixar uma parte da sua renda em troca de produtos com um bom custo benefício. No entanto, elas também acabam frequentando outros estabelecimentos comerciais, principalmente os que se situam ao redor do mercado.

Na pesquisa de campo constatamos a satisfação dos comerciantes com a proximidade da feira. 70% dos comerciantes entrevistados afirmam que a feira é uma espécie de “chamativo” para clientes que se deslocam de cidades vizinhas para comprar seus produtos, e que o dia de maior fluxo são os dias em que existe a feira. 90% consideram as feiras como parceiras ao invés de serem concorrentes, uma vez que muitos dos itens comercializados nas bancas da feira são distintos dos que estão expostos nas

prateleiras das lojas. Os estabelecimentos ao entorno têm faturamento mensal variado, onde 60% afirma alcançar acima de R\$ 7.000,00, e que apenas nos dias de feira eles alcançam entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo de caráter exploratório sobre comércio popular e feira livre contou com etapas que desencadearam o levantamento de tópicos presentes na economia urbana, sobretudo a economia dos setores populares. A pesquisa exploratória é justificada porque pode ser “desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Esse tipo de pesquisa tem como característica uma investigação ampla passível de procedimentos mais sistematizados.

A primeira fase foi de aprofundamento bibliográfico, a fim de conhecer os objetos de estudo da pesquisa, como os circuitos da economia urbana, economia formal e informal, feira livre, empreendedorismo e as ações do poder público para essa parcela da população diretamente ligada ao comércio popular. A bibliografia possibilita ao pesquisador uma gama de conteúdos muito mais amplo do que aquele que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008, p. 50).

A etapa seguinte consistiu na pesquisa de campo, que foi realizada na tradicional feira livre de Arapiraca, realizadas às segundas feiras, durante os dias 12 e 19 de dezembro de 2016. Nessa etapa buscou-se conhecer o perfil tanto dos feirantes como também dos consumidores/frequentadores da feira através da aplicação de questionários com participantes não identificados. Essa mesma ferramenta de coleta, realizada no dia 26 de dezembro, foi utilizada, também, para levantar dados sobre os comerciantes de lojas físicas dos mais variados setores comerciais, que situavam num raio de aproximadamente 2km do local destinado para a realização da feira-livre.

De acordo com a Resolução 510/16, ficam isentos de avaliações pelo CEP/CONEP as pesquisas de opinião pública com participantes não identificados. O questionário aplicado seguiu o método de amostragem aleatória simples no intuito de obter estimativas das características abordadas pelo pesquisador. Uma amostra é uma pequena parte do universo/população 4 que tem por objetivo representar o todo, pois em

pesquisas sociais o universo de elementos é tão grande que se torna impossível considera-los em sua totalidade (GIL, 2008, p.89). Como modelo de questões contou com perguntas abertas e fechadas possibilitando o entrevistado liberdade de resposta.

O conjunto de perguntas utilizadas seguiu a estrutura partindo o mais geral para o mais específico iniciando com perguntas socioeconômicas que buscavam conhecer o entrevistado até questões pontuais e abertas sobre o ponto de vista em relação ao objeto da pesquisa, feira livre e atuação do poder público. Tal estrutura seguiu a mesma linha nos três tipos de questionário, feirante, consumidor e comerciante, com uma amostra escolhida num universo de 150 feirantes.

A terceira etapa do trabalho foi a de organização e tabulação dos dados conseguidos com os questionários aplicados. Para isso, foi usado a ferramenta Office Excel® para confecção dos gráficos e tabelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo desta pesquisa expor narrativas acerca da economia dos setores populares como alternativas viáveis para geração de emprego e renda a uma camada da população que margeia a formalidade. Ao lado do modo de organização dessas pessoas surge a figura do Estado regulando as relações sociais, fundamentais para o convívio harmônico social. Por sua vez, sua omissão favorece o capitalista neoliberal e o mercado formal.

Foi constatado que a feira livre de Arapiraca desempenha um papel que transcende o barganha, a pechincha e todas as características típicas de uma feira comum. Sua importância permeia o campo da economia criando subsídios para geração de emprego e renda a uma parcela de trabalhadores que não encontraram emprego nas atividades formais desenvolvidas na indústria ou no comércio da cidade. É na feira que cidadãos com baixo grau de escolaridade divide espaço com os que possuem o ensino médio completo, jovens ao lado de adultos compartilhando experiências e clientes. Ambos estão ali criando alternativas para seu próprio sustento.

Não só os residentes do município utilizam a feira como fonte de renda, sua abrangência ultrapassa as fronteiras da cidade, tanto para o que comercializam, quanto os que se deslocam das regiões circunvizinhas para deixar boa parte de sua renda, muitas

vezes oriundas dos programas sociais do Governo Federal. É um grande emaranhado que possui um único objetivo, circular o capital nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

Além de vendedores que se beneficiam, o município também é beneficiado pelas pessoas que saem de casa para consumir, pois além das feiras, o comércio local formal e informal captam novos clientes, aumentando as vendas e ampliando a dinâmica econômica popular. O crescimento do gera novos empregos, diversificando os serviços, e essa realidade tende a aumentar, ampliando todas as relações socioeconômicas.

No tocante a infraestrutura, outro ponto que acaba prejudicando a imagem da feira, muitas barracas possuem armações precárias e até improvisadas para dispor os mais variados produtos para comercialização. Essa situação poderia ser resolvida com ações da Secretaria de Serviços Públicos, órgão responsável pela gestão das feiras municipais e o mercado público, promovendo a substituição por barracas padronizadas. A mesma Secretaria também é responsável pela limpeza no local, onde por sua vez, poderia dispor de lixeiras ao longo da feira para que tanto feirante como consumidor pudessem depositar seus resíduos, evitando o acúmulo de lixo no chão, além de incluir banheiros públicos em locais estratégicos.

Por sua vez a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito deveria realizar estudos que favorecesse a circulação de transportes interurbanos nas proximidades da feira livre, uma vez que cerca de 41% dos clientes são de cidades circunvizinhas. Outra maneira de atuar no intuito de desenvolver essa atividade, e seria através de parcerias com órgãos especializados em empreendedorismo como o SEBRAE. A parceria capacitaria o feirante e o comerciante no sentido de possibilitar a ampliação do seu negócio bem como a sua organização financeira.

Sem dúvida que atuação do poder público, através de políticas direcionadas aos feirantes, fortaleceria a economia popular, bem como as feiras livres, ocasionando uma redução no número de cidadãos dependentes exclusivamente das transferências do Governo Federal, ampliando a circulação de capital local e atendendo as necessidades econômicas básicas da população.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS. Governo Do Estado De Alagoas. **Perfil Municipal**. Ano 3, nº 3. Maceió, 2015.
2. BRASIL, Portal (Ed.). **Brasil empreendedor em números**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/brasil-empreendedor-em-numeros>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
3. CARNEIRO, Gabriele Souza et al. Trabalho Informal na Área Comercial do Município de Feira de Santana - BA. In: V SIMPÓSIO DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA. **Anais**. Ilhéus: 2016.
4. CARVALHO, Cicero Pericles de. **Economia Popular: Uma via de modernização para Alagoas**. 5. ed. Maceio: Edefal, 2012. 131 p.
5. COLLA, C.; et al. **A Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR**. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina.
6. DESENVOLVE-AL. **Quem Somos**. Disponível em: <[http://www.desenvolve-](http://www.desenvolve-al.com.br/quem-somos)
7. [al.com.br/quem-somos](http://www.desenvolve-al.com.br/quem-somos)>. Acesso em: 07 fev. 2017.
8. DORNELAS, José Carlos A. Empreendedorismo corporativo: conceitos e aplicações. **Revista de Negócios**. Blumenau, v.9, n.2, p.81-90 abr/jun.2004.
9. GADOTTI, Moacir. Educação Comunitária e Economia Popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 1. p. 11-23. (Questões da Nossa Época).
10. GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. Educação Popular Comunitária. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 3. ed. Sao Paulo: Cortez, 2001. Cap. Apresentação, p. 8. (Questões da Nossa Época).
11. GIANNECCHINI, Laura Mariana; AZEVEDO, Maria Mercedes S.; BOTELHO, Ricardo Aparecido. **Feira também é Cultura: Feiras livres como espaços de intensa sociabilidade na cidade de São Paulo**. 2007. 15

- f. Relatório - Departamento de antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
12. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**– 6 ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
13. GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. **A Importância das Feiras Livres Ecológicas: Um Espaço de Trocas e Saberes da Economia Local**. Revista Brasileira de Agroecologia, São Paulo, v. 2, n. 1, fev. 2007.
14. HOFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Caderno Cedes**, ano XXI, n.º. 55, p.30-41, nov. 2001.
15. IBGE. **PIB per capita e razão do PIB per capita das unidades da federação dividido pelo PIB per capita do Brasil segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002 e 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
16. MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. **Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: Edufscar, 2005.
17. MELHADO, João Pedro; PLASTER, Juliana; YOONG, Pui Shen. **EMPREENDEDORES BRASILEIROS: PERFIS E PERCEPÇÕES**. Brasil: Endeavor, 2013.
18. NUNES, Antônio Jose Avelãs. **Uma introdução a economia política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
19. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática**. Lua Nova, v. 36, jan. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451995000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 fev. 2017.
20. RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir;
21. GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap 3. p. 34-58. (Questões da Nossa Época)

25. RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini. Introdução a Economia. In:
PÌNHEIRO, Diva
26. Benevides; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval (Org.). **Manual de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. Cap. 1. p. 3-30.
27. SALES, Aline Pereira; REZENDE, Liviane Tourino; SETTE, Ricardo de Souza. **Negócio Feira Livre: Um Estudo em um Município de Minas Gerais**. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 3, 2011, João Pessoa.
28. SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Tradução de Myrna T. Rego Viana.
29. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília. Jul. 2014.
30. SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 1999.